



Prefeitura Municipal de
Angra dos Reis



RELATÓRIO ANUAL DE TRABALHO DA CONTROLADORIA INTERNA

2025

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

Endereço: Rua Dr. Orlando Gonçalves, 231 – Parque das Palmeiras, Angra dos Reis/RJ

Telefone: (24) 3365-5388 – Ramal VOIP: 1285

E-mail: controleinterno@angraprev.rj.gov.br

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR-PRESIDENTE

CARLOS RENATO PEREIRA GONÇALVES

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

EDENILZE ALVES FERREIRA DIAS

DIRETORIA FINANCEIRA

VICTOR HUGO PEREIRA DE ABREU

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

PEDRO CAUISA DA CUNHA MIGUEL SOUZA

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

MAYARA DO NASCIMENTO ROSA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

FERNANDO DE MORAES RIBEIRO

HISTÓRICO DE VALIDAÇÃO

Título		Autor	Elaborado em
Relatório Anual de Trabalho da Controladoria		Controladoria Interna	22/01/2026
Aprovado por	Aprovado em	Instrumento de Aprovação	
Conselho de Administração	23/01/2026	Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração	

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. ANÁLISE DE PROCESSOS	4
3. MAPEAMENTO E MANUALIZAÇÃO	5
4. GESTÃO DE RISCOS	6
5. DESEMPENHO ANUAL DAS ÁREAS.....	9
5.1 Área: Benefícios	9
5.2 Área: Benefícios – Gestão da Folha de Pagamento	11
5.3 Investimentos	12
5.4 Compensação Previdenciária.....	15
5.5 Atendimento	16
5.6 Financeira/Contábil e Arrecadação	17
5.7 Jurídica	20
5.8 Tecnologia da Informação	22
6. AUDITORIAS	23
7. CONCLUSÃO	23

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Anual de Trabalho tem por objetivo consolidar parte das atividades desenvolvidas pela Controladoria Interna do Angraprev ao longo do exercício de 2025, evidenciando as principais ações voltadas ao fortalecimento dos controles internos, à melhoria dos processos de gestão e ao apoio à governança institucional.

Este documento reúne informações relativas às análises realizadas em processos administrativos, às atividades de mapeamento e manualização de processos, à gestão de riscos, à avaliação do desempenho anual das áreas e à execução de auditorias, refletindo o papel técnico e preventivo exercido pela Controladoria Interna no acompanhamento da regularidade, eficiência e conformidade dos atos administrativos.

Ressalta-se, entretanto, que as atividades aqui consolidadas não esgotam o conjunto de atribuições desempenhadas pela Controladoria Interna no período. Ao longo do exercício, a unidade também foi responsável por outras demandas relevantes, tais como a organização e o encaminhamento da prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), elaboração de respostas a questionamentos e pedidos de informações da Controladoria Geral do Município, elaboração de Plano de Auditoria, Plano de Trabalho e Relatórios mensais e outras atividades de caráter técnico, orientativo e institucional.

Dessa forma, este relatório apresenta uma visão sistematizada de parte significativa dos trabalhos realizados, contribuindo para a transparência, a prestação de contas e o aprimoramento contínuo da gestão do Angraprev.

2. ANÁLISE DE PROCESSOS

A Controladoria Interna do Angraprev é responsável pela análise da conformidade dos processos administrativos, bem como pela verificação da regularidade das prestações de contas relativas a diárias. Com base nos dados extraídos do módulo “Estatísticas da Unidade” do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sistema utilizado pelo Angraprev para a tramitação processual no exercício de 2025, e no caderno de protocolo da Controladoria Interna, apresentam-se os seguintes dados consolidados:

- Foram analisados aproximadamente 83 processos, compreendendo: 25 de contratações, 3 de jetons, 6 de adiantamentos, 5 de compensação previdenciária, 18

de diárias, 3 de anuidades, 3 de pagamentos de taxas e impostos, 4 de participações em eventos, 14 de aquisições de materiais e 2 de certificação profissional para servidores e conselheiros. Ressalta-se que parte desses processos é submetida à análise mensal, em razão da emissão periódica de notas fiscais.

- Foram analisados 537 Termos de Requisitos Mínimos (TRM) pela Controladoria Interna, sendo 315 fundamentados na Lei Federal nº 14.133/2021 e 222 na Lei Federal nº 8.666/1993 ou em outra fundamentação legal. Ressalta-se que esse quantitativo contempla os TRMs que apresentaram inconsistências, foram devolvidos para correção e posteriormente reavaliados.

3. MAPEAMENTO E MANUALIZAÇÃO

O Angraprev possui 30 processos mapeados e manualizados. Em 2025 foram criados 4 manuais e atualizados 20 manuais ao longo do ano. Ademais, 6 manuais necessitam de atualização em 2026.

Tabela 1 – Mapeamento e manualização de processos.

ÁREA	MANUAIS CRIADOS EM 2025	MANUAIS ATUALIZADOS EM 2025	MANUAIS QUE NECESSITAM DE ATUALIZAÇÃO	TOTAL DE PROCESSOS MAPEADOS E MANUALIZADOS
Controladoria Interna	1	0	0	1
Investimento	0	4	0	4
Benefícios	0	6	0	6
Tesouraria	0	3	0	3
Arrecadação	0	3	0	3
Jurídico	1	0	1	2
Contabilidade	0	0	4	4
Atendimento	0	0	1	1
Tecnologia da Informação	0	2	0	2
Comprev	1	2	0	3
RH	1	0	0	1

4. GESTÃO DE RISCOS

Em 2025, os Relatórios de Gestão de Riscos foram elaborados com periodicidade trimestral, contemplando as principais áreas do RPPS. As análises permitiram a identificação, classificação e priorização dos riscos conforme seus níveis de probabilidade e impacto. Os planos de tratamento foram elaborados para os riscos que demandaram intervenção e devidamente apresentados nos relatórios subsequentes, excetuando-se apenas os planos referentes ao relatório do 4º trimestre, que serão apresentados no relatório do 1º trimestre de 2026. Na tabela abaixo, são apresentados os eventos de risco identificados, suas classificações, níveis de exposição, indicadores de risco e as respectivas ações recomendadas, assegurando transparência, padronização e suporte à tomada de decisão gerencial.

Tabela 2 – Avaliação e resposta aos riscos.

ÁREA	EVENTO DE RISCO	CLASSIFICAÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NRI	RCD	RCO	NRR	AÇÃO RECOMENDADA
BENEFÍCIOS	Ausência de documentos necessários para concessão de benefícios	Risco de Compliance (Conformidade)	Baixa 2	Muito Alto 5	Alto 10	0,1	0,1	Baixo 1	Aceitar
	Concessão indevida de benefícios (por erro ou fraude documental)	Riscos Operacionais/ Administrativos	Baixa 2	Médio 3	Médio 6	0,1	0,1	Baixo 0,6	Aceitar
	Acumulação indevida de benefícios	Risco de Compliance (Conformidade)	Baixa 2	Alto 4	Alto 8	0,1	0,1	0,8	Aceitar
	Erro de cálculo no valor da fixação de proventos.	Risco de Compliance (Conformidade)	Baixa 2	Alto 4	Alto 8	0,3	0,1	Baixo 1,6	Aceitar
INVESTIMENTOS	Alocação Inadequada de Recursos	Riscos Financeiros/Orçamentários	Muito Baixa 1	Muito Alto 5	Médio 5	0,3	0,1	Baixo 1	Aceitar
	Tomada de decisão sem embasamento técnico	Riscos Financeiros/ Orçamentários	Baixa 2	Médio 3	Médio 6	0,3	0,1	Baixo 1,2	Aceitar

	Fraude na simulação da rentabilidade ou informações dos fundos	Riscos Financeiros/Orçamentários	Muito Baixa 1	Alto 4	Médio 4	0,1	0,1	Baixo 0,4	Aceitar
	Possibilidade de erro no cálculo dos proventos por falha humana, sistêmica ou legal, gerando pagamentos indevidos e prejuízo ao RPPS.	Riscos Financeiros/Orçamentários	Baixa 2	Baixo 2	Médio 4	0,1	0,1	Baixo 0,4	Aceitar
FINANCEIRA	Erro em transações financeiras	Riscos Financeiros/Orçamentários	Baixa 2	Médio 3	Médio 6	0,1	0,1	Baixo 0,6	Aceitar*
	Atraso no envio de demonstrativos previdenciários no sistema de Informações dos RPPS (CADPREV)	Riscos de Conformidade	Baixa 2	Médio 3	Médio 6	0,3	0,1	Baixo 1,2	Aceitar
	Riscos de falhas na gestão de parcelamentos	Riscos Financeiros/Orçamentários	Muito Baixa 1	Baixo 2	Baixo 2	0,1	0,1	Baixo 0,2	Aceitar
	Erros em registros e cálculos	Riscos Financeiros/Orçamentários	Baixa 2	Médio 3	Médio 6	0,1	0,1	Baixo 0,6	Aceitar
CONTÁBIL	Não Conformidade com as Normas Contábeis Vigentes	Riscos Contábeis/Riscos de Conformidade.	Baixa 2	Médio 3	Médio 6	0,3	0,1	Baixo 1,2	Aceitar
	Realização de despesas acima do limite da taxa de administração permitida legalmente	Riscos Financeiros/Orçamentários	Muito Baixa 1	Muito Alto 5	Médio 5	0,3	0,1	Baixo 1,0	Aceitar
	Erro na classificação contábil	Riscos Contábeis/Riscos de Conformidade.	Muito Baixa 1	Médio 3	Médio 3	0,1	0,1	Baixo 0,3	Aceitar
	Risco de erro na elaboração da liquidação	Riscos Contábeis	Baixa 2	Médio 3	Médio 6	0,3	0,3	Baixo 1,8	Aceitar

ADMINISTRATIVA	Atraso na realização de pagamentos	Riscos Operacionais/ Administrativos	Média 3	Médio 3	Alto 9	0,9	0,7	Alto 7,2	Reduzir (Necessitou de Plano de Tratamento)
	Falta de fiscalização e acompanhamento contratual	Riscos Operacionais/ Administrativos	Média 3	Médio 3	Alto 9	0,7	0,1	Médio 3,6	Reduzir (Necessitou de Plano de Tratamento)
	Vencimento de produtos no almoxarifado.	Riscos Operacionais/ Administrativos	Baixa 2	Alto 4	Alto 8	0,3	0,7	Médio 4	Reduzir (Necessitou de Plano de Tratamento)
	Risco de troca de bens patrimoniais sem atualização cadastral.	Riscos Operacionais/ Administrativos	Alta 4	Médio 3	Alto 12	0,1	0,7	Médio 4,8	Reduzir (Necessitou de Plano de Tratamento)
RECURSOS HUMANOS	Erro no Processamento da Folha de Pagamento	Riscos Operacionais/ Administrativos	Muito baixo 1	Médio 3	Médio 3	0,3	0,1	Baixo 0,6	Aceitar
	Atraso na entrega da DCTFWeb	Riscos Operacionais/ Administrativos	Baixo 2	Muito Baixo 1	Baixo 2	0,7	0,1	Baixo 0,8	Aceitar
	Capacitação inadequada ou insuficiente dos servidores	Riscos Operacionais/ Administrativos	Muito Baixo 1	Baixo 2	Baixo 2	0,3	0,1	Baixo 0,4	Aceitar
	Cálculos incorretos na folha de pagamento, gerando pagamentos ou descontos indevidos.	Riscos Operacionais/ Administrativos	Média 3	Médio 3	Alto 9	0,1	0,1	Baixo 0,9	Aceitar
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Perda/exclusão de documentos da rede interna do Instituto	Riscos Operacionais/ Administrativos	Baixo 2	Alto 4	Alto 8	0,3	0,1	Baixo 1,6	Aceitar
	Ataques cibernéticos	Riscos Operacionais/ Administrativos	Muito Baixo 1	Alto 4	Médio 4	0,3	0,1	Baixo 0,8	Aceitar
	Falha na aderência à LGPD	Risco de Compliance (Conformidade)	Baixo 2	Médio 3	Médio 6	0,1	0,1	Baixo 0,6	Aceitar
	Risco de acesso indevido ou privilegiado mal gerenciado.	Riscos Operacionais/Administrativos	Muito baixa 1	Médio 3	Médio 3	0,1	0,1	Baixo 0,3	Aceitar

ATENDIMENTO	Demora excessiva no atendimento	Risco de Imagem e Reputação	Baixo 2	Baixo 2	Médio 4	0,3	0,3	Baixo 1,2	Aceitar
	Falta de equipamentos adequados para o atendimento	Risco de Imagem e Reputação	Alto 4	Baixo 2	Alto 8	0,9	0,3	Médio 4,8	Reduzir (Necessitou de Plano de Tratamento)
	Riscos de oferecer Informações incorretas ou incompletas	Risco de Imagem e Reputação	Muito Baixo 1	Baixo 2	Baixo 2	0,3	0,1	Baixo 0,4	Aceitar
	Falha no acompanhamento do atendimento das demandas encaminhadas às áreas responsáveis pela ouvidoria	Risco de Imagem e Reputação	Muito Baixa 1	Baixo 2	Baixo 2	0,1	0,1	Baixo 0,2	Aceitar

* No Relatório de Gestão de Riscos do 1º trimestre, o NRI foi classificado em 12 e o NRR em 2,4, indicando a recomendação de redução. Todavia, não houve necessidade de elaboração de Plano de Tratamento, uma vez que todas as medidas de controle já se encontravam em implementação. No segundo semestre, a Diretoria responsável promoveu a atualização do manual de operações. Em decorrência da manualização, o risco foi reavaliado e reclassificado, passando a apresentar NRI de 6 e NRR de 0,6.

5. DESEMPENHO ANUAL DAS ÁREAS

5.1 Área: Benefícios

No exercício de 2025, foram concedidos 178 benefícios previdenciários, sendo 136 aposentadorias voluntárias, 20 aposentadorias por incapacidade, 2 aposentadorias compulsórias e 20 pensões civis. Desse total, 158 corresponderam a aposentadorias de servidores do Poder Executivo, e as 20 pensões concedidas também se referiram a servidores desse mesmo Poder. Não houve registro de concessão de aposentadorias ou pensões a servidores do Poder Legislativo no período analisado.

Gráfico 1 – Concessão de benefícios em 2025.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EM 2025

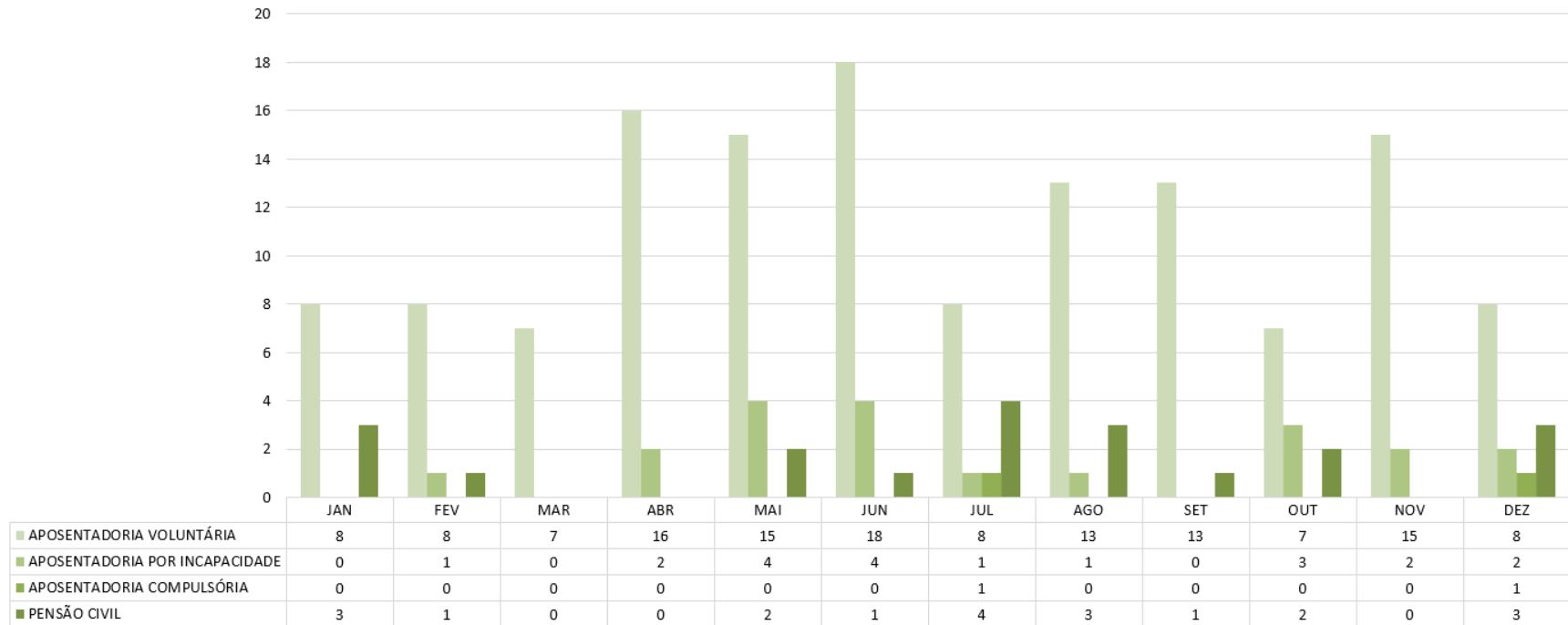
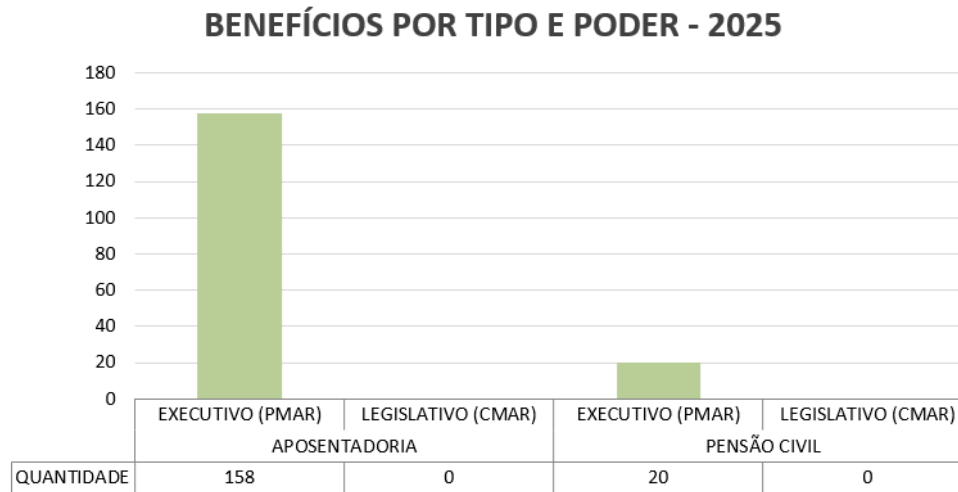


Gráfico 2 – Benefícios por tipo e poder (2025).

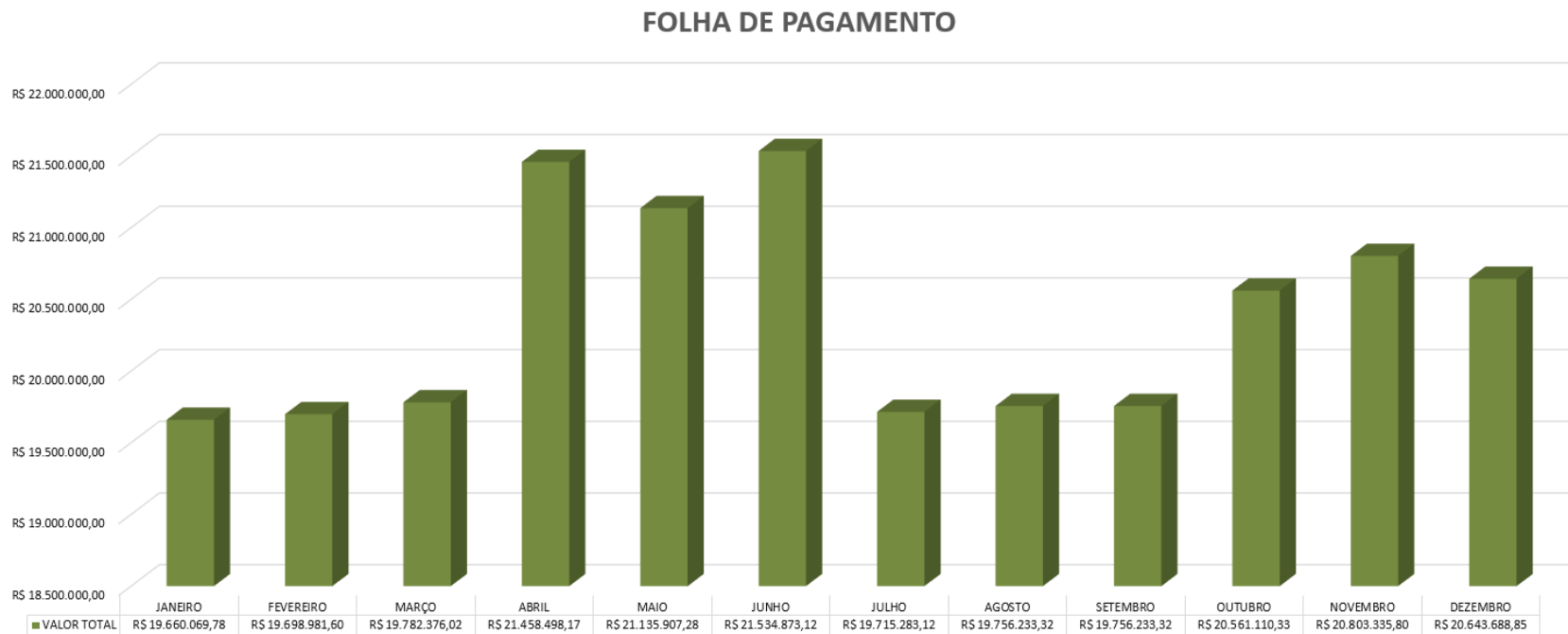


Ao longo do exercício, foram monitorados os indicadores de desempenho “Prazo de Concessão da Aposentadoria” e “Prazo de Concessão da Pensão”. O primeiro foi avaliado ao longo dos 12 meses do período, não tendo atingido a meta em nenhum dos meses. Já o segundo foi avaliado em 7 meses, com cumprimento da meta em 5 deles.

5.2 Área: Benefícios – Gestão da Folha de Pagamento

O Gráfico 3 apresenta a evolução dos gastos com folha de pagamento ao longo do exercício de 2025. Observa-se que a despesa média mensal foi de R\$ 20.375.549,23, sendo o mês de junho aquele que registrou o maior dispêndio, no montante de R\$ 21.534.873,12.

Gráfico 3 – Folha de pagamento (2025).



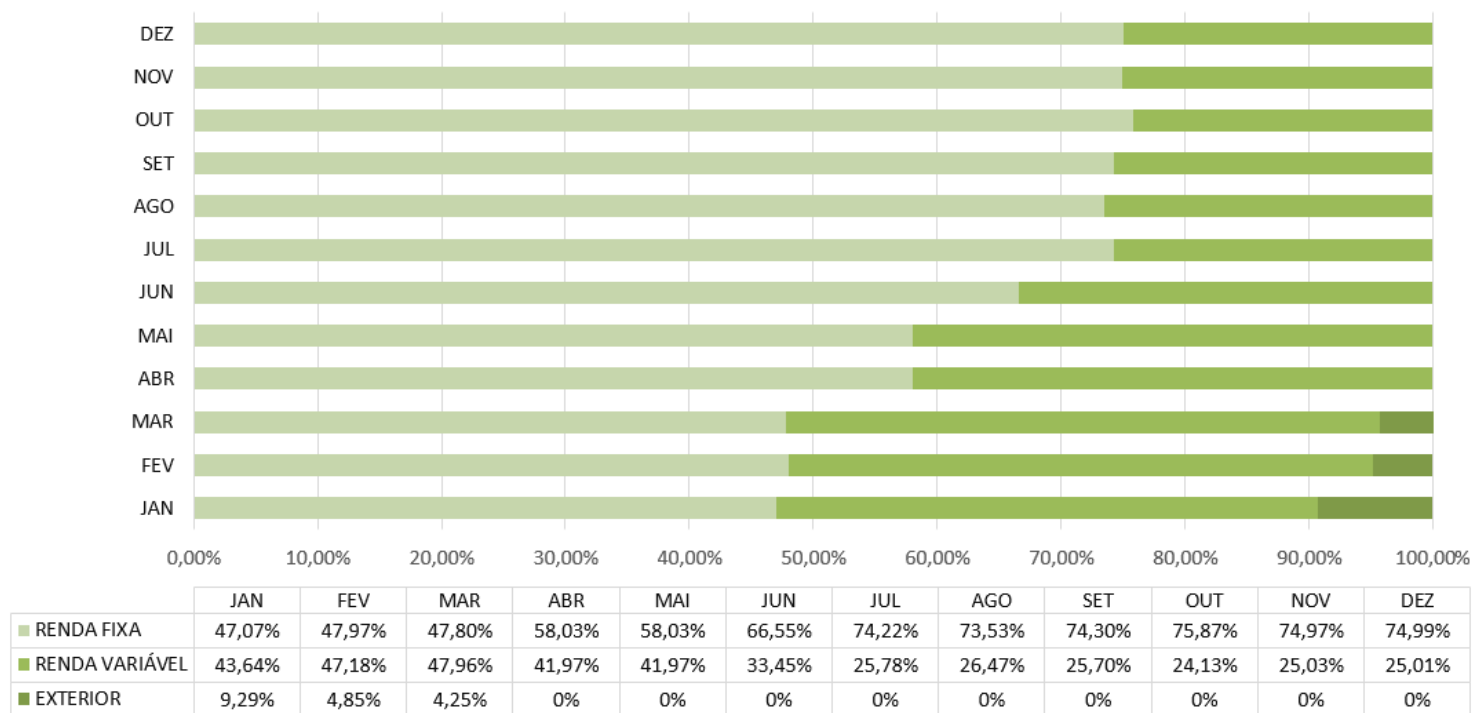
Ao longo do exercício, foi acompanhado o indicador de desempenho “Fechamento da Folha de Pagamento”, cuja meta foi alcançada em 10 dos 12 meses avaliados.

5.3 Investimentos

O Gráfico 4 apresenta a distribuição percentual da carteira entre os segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos no exterior ao longo do ano de 2025.

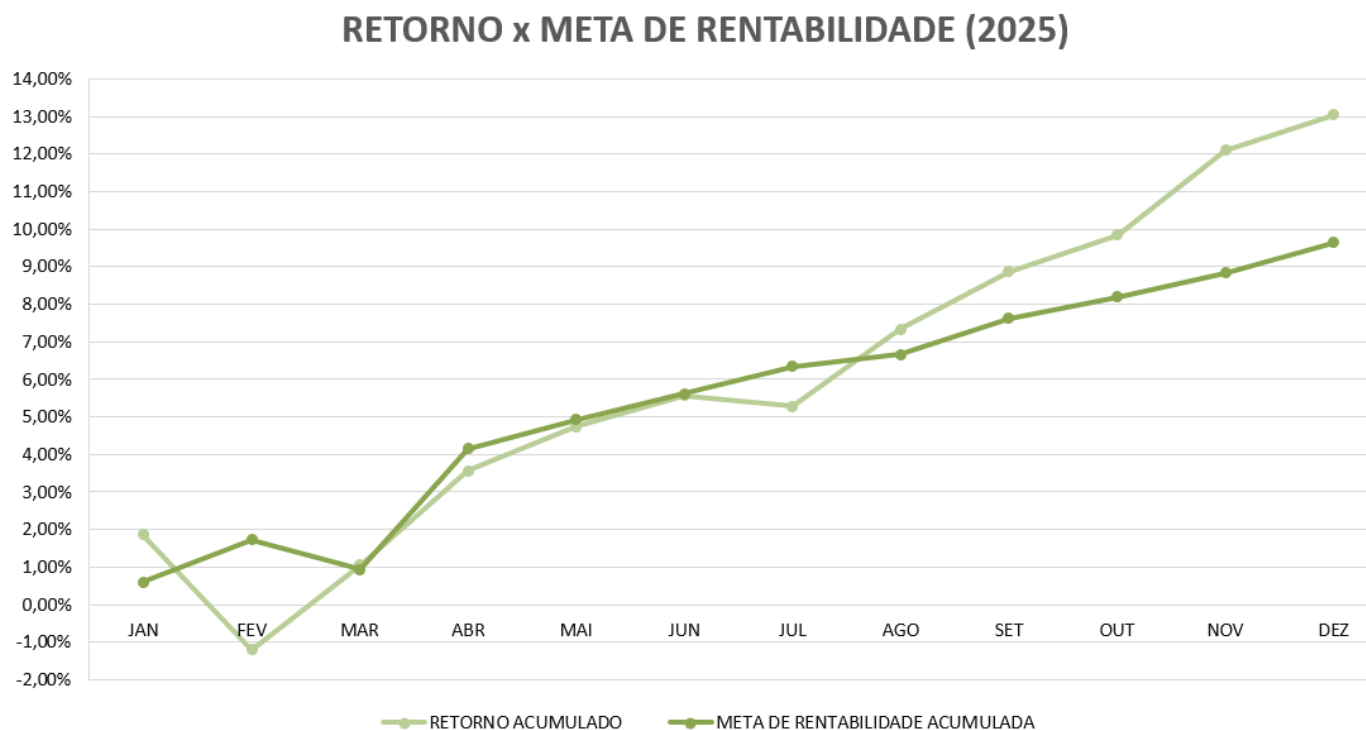
Gráfico 4 – Alocação dos investimentos (2025).

ALOCÇÃO DOS INVESTIMENTOS (2025)



O Gráfico 5 apresenta a evolução comparativa entre o retorno acumulado da carteira e a meta de rentabilidade acumulada ao longo dos meses de 2025. Verifica-se que, a partir de agosto, o retorno acumulado passou a superar a meta estabelecida, ampliando gradualmente a diferença positiva. Ao final do exercício, o retorno acumulado alcançou 13,05%, enquanto a meta acumulada foi de 9,65%, evidenciando que a rentabilidade da carteira do Instituto superou a meta atuarial de 2025.

Gráfico 5 – Evolução comparativa entre o retorno acumulado da carteira e a meta de rentabilidade acumulada.



Até o mês de abril, foi avaliado o indicador de desempenho “Liquidez”, que atingiu a meta em todos os 4 meses analisados. A partir de então, o referido indicador foi substituído por “Desempenho da Rentabilidade da Carteira em Relação à Meta Atuarial”, cuja meta foi cumprida no período de agosto a dezembro, totalizando 5 dos 8 meses avaliados.

5.4 Compensação Previdenciária

Os relatórios mensais acompanharam a situação dos requerimentos encaminhados para compensação previdenciária. Ao longo do exercício, foi avaliado o indicador de desempenho “Média de Tempo para Envio ao COMPREV”, cuja meta foi cumprida em 10 dos 12 meses. Nos 2 meses restantes, não houve envio de processos, inexistindo, portanto, dados para o cálculo do indicador. O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de processos enviados para compensação previdenciária em cada mês de 2025.

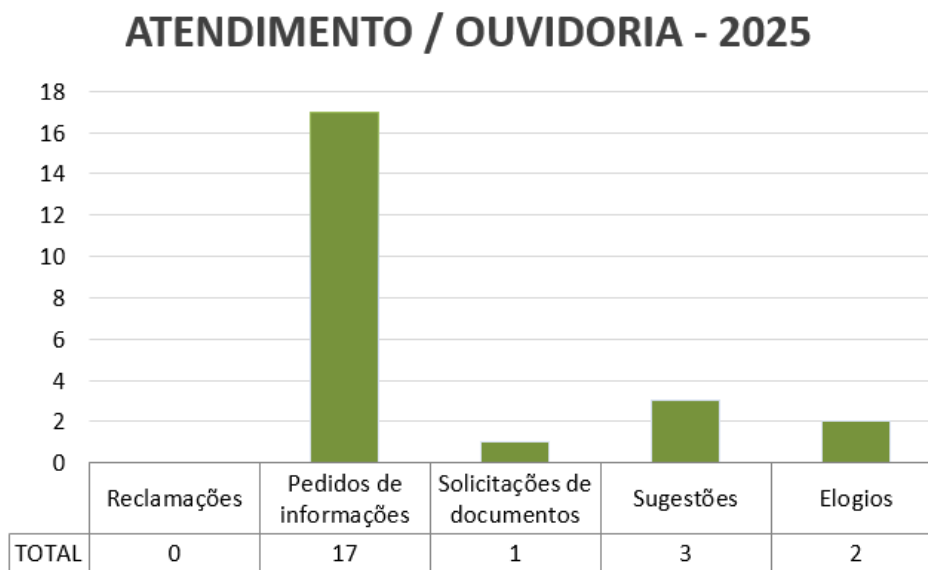
Gráfico 6 – Número de processos enviados para compensação previdenciária em 2025.



5.5 Atendimento

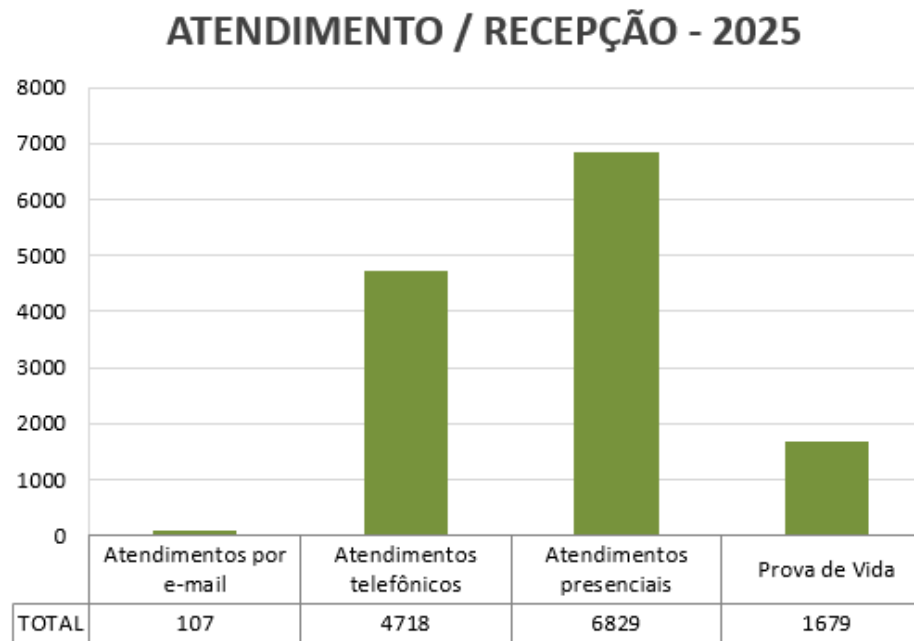
No que se refere aos atendimentos realizados, a Ouvidoria registrou o recebimento de 23 manifestações, cuja tipologia encontra-se discriminada no Gráfico 7. Já na Recepção, foram contabilizados 13.333 atendimentos ao longo do período, englobando demandas realizadas por e-mail, telefone, atendimento presencial e procedimentos de prova de vida.

Gráfico 7 – Total de manifestações recebidas pela ouvidoria em 2025.



Ao longo do exercício, foi avaliado o indicador de desempenho “Taxa de Atendimento no Prazo”, relativo às respostas às manifestações recebidas pela Ouvidoria. A meta foi alcançada em 11 dos 12 meses avaliados, considerando que, no mês de agosto, não houve registro de manifestações.

Gráfico 8 – Total de atendimentos realizados pela recepção em 2025.



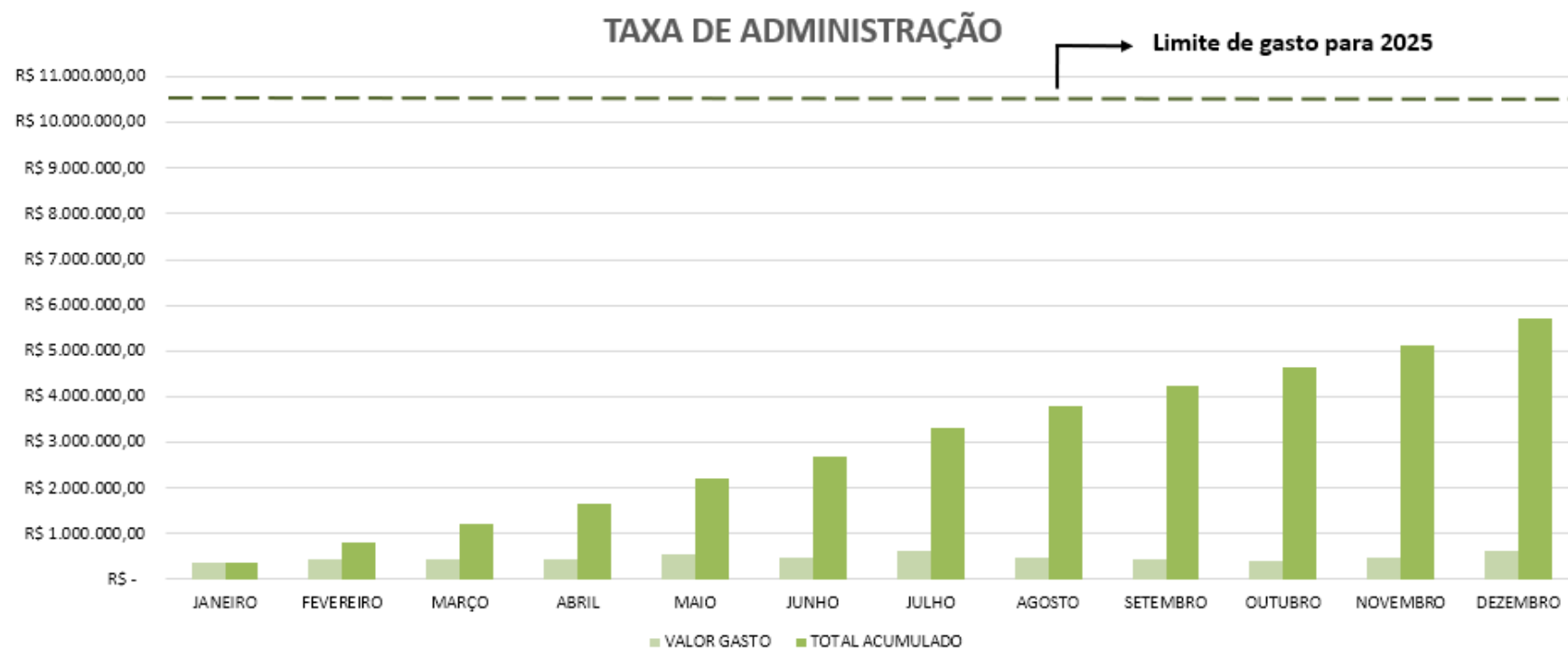
5.6 Financeira/Contábil e Arrecadação

A taxa de administração corresponde ao valor financiado por meio de uma alíquota de contribuição, que deve ser somada às alíquotas que cobrem o custo normal do Regime de Previdência Social (RPPS) ou a outras formas previstas em lei por cada ente federativo. Essa taxa destina-se a custear as despesas correntes e de capital necessárias à organização, administração e funcionamento do regime, incluindo a conservação de seu patrimônio, respeitando os limites anuais de gastos e mantendo-se separada dos recursos destinados ao pagamento de benefícios.

Conforme o Art. 84 da Portaria MTP nº 1.467/2022, os municípios classificados como Grande Porte no ISP-RPPS dispõem de um limite de taxa administrativa de até 2,4%, aplicado sobre o total das contribuições dos servidores, com base no exercício

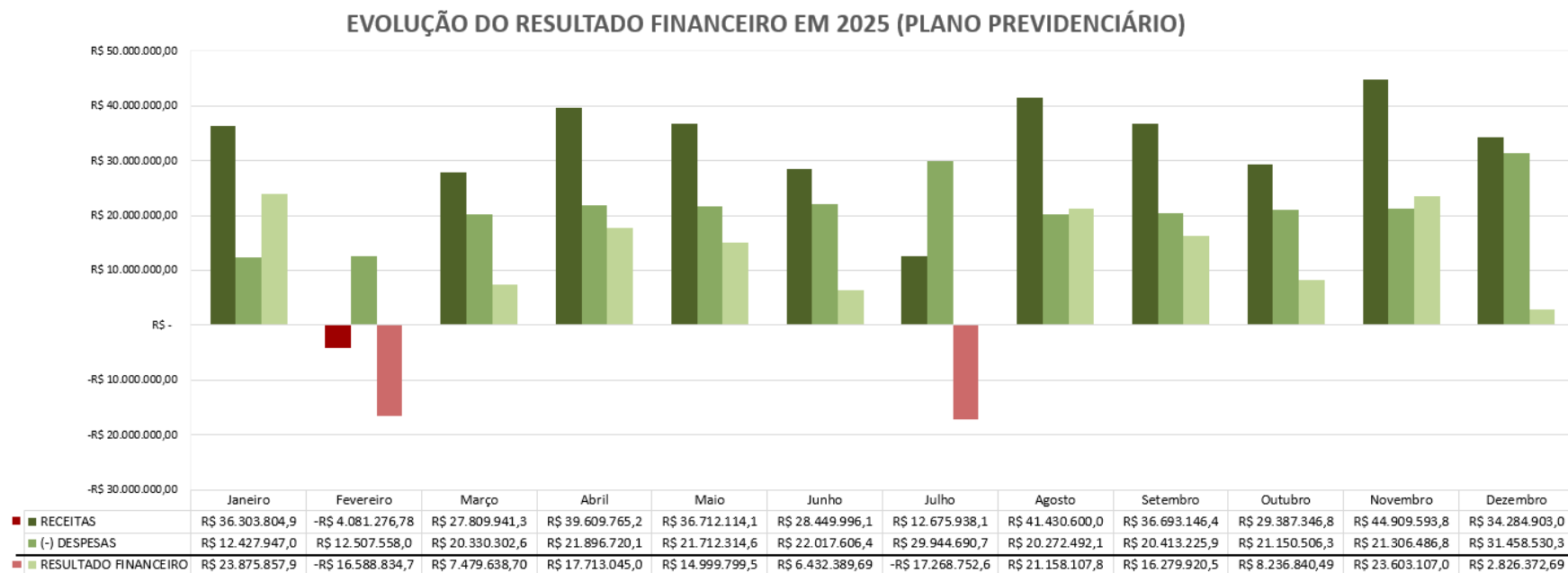
financeiro anterior. O ANGRAPREV iniciou o ano com um valor disponível de R\$ 10.568.861,81 (total disponível demonstrado no gráfico 9) para a taxa administrativa em 2025 e ao longo do ano, foram gastos R\$ 5.725.495,21 (54,17%). Com isso, o saldo remanescente foi de R\$ 4.843.366,60 correspondendo a 45,83% do montante inicial. O gráfico 9 mostra o valor gasto em cada mês, o valor total acumulado e o limite de gasto para 2025.

Gráfico 9 – Uso da taxa de administração em 2025.



O Gráfico 10 apresenta a evolução do resultado financeiro do Plano Previdenciário ao longo de 2025, comparando mensalmente receitas e despesas apuradas pelo regime de caixa. Observa-se que, na maior parte do ano, as receitas superaram as despesas, gerando resultados positivos, com exceção dos meses de fevereiro e julho.

Gráfico 10 – Evolução do resultado financeiro em 2025. Valores referentes ao Plano Previdenciário.



O Tabela 3 apresenta os valores empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2025, discriminados por projeto atividade.

Tabela 3 - Demonstrativo da execução orçamentária em 2025.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Acompanhamento de despesa)				
Projeto Atividade	LOA	2025		
		Empenhado	Liquidado	Pago
1080 - Concurso Público	R\$ 350.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2001 - Pagamento de Pessoal e Encargos	R\$ 7.308.000,00	R\$ 4.087.368,51	R\$ 4.082.339,84	R\$ 4.082.339,84
2005 - Sentenças Judiciais	R\$ 150.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2007 - Despesas Judiciais	R\$ 24.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2161 - Serviços de Energia Elétrica, Correio, Telefonia e Água	R\$ 78.000,00	R\$ 36.725,84	R\$ 25.638,60	R\$ 25.638,60
2162 - Fornecimento de Combustível	R\$ 50.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2172 - Aposentadoria e Reformas	R\$ 215.288.561,67	R\$ 264.719.793,07	R\$ 264.719.793,07	R\$ 264.719.793,07
2173 - Manutenção do ANGRAPREV	R\$ 4.730.000,00	R\$ 1.692.724,36	R\$ 1.580.423,02	R\$ 1.580.423,02
2199 - Reserva Orçamentária do RPPS	R\$ 75.104.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2535 - Compensação Previdenciária	R\$ 520.000,00	R\$ 249.998,64	R\$ 239.208,44	R\$ 229.044,32
TOTAL	R\$ 303.602.561,67	R\$ 270.786.610,42	R\$ 270.647.402,97	R\$ 270.637.238,85

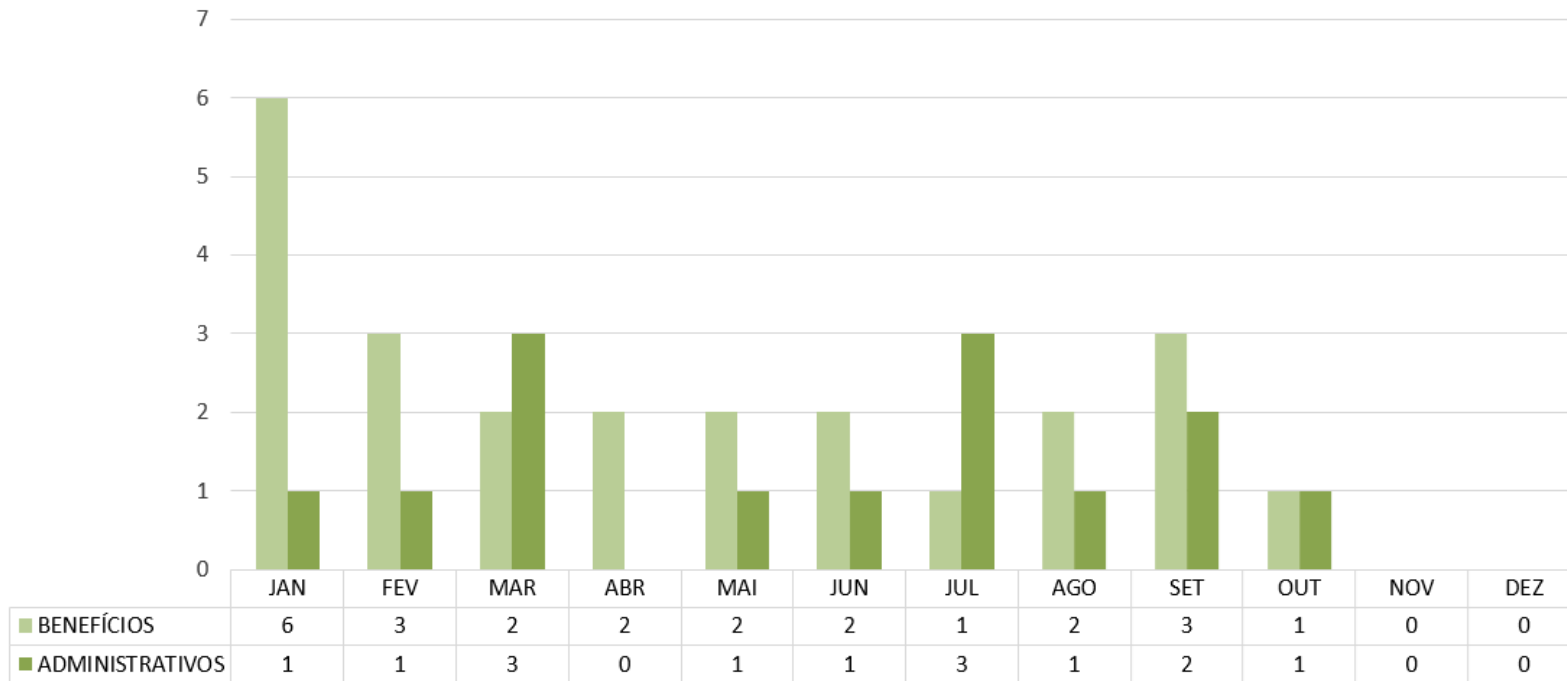
Na área de Arrecadação, a partir de junho, foram avaliados os indicadores de desempenho “Índice de Recolhimento dos Valores Relativos aos Parcelamentos de Débitos Previdenciários” e “Índice de Adimplência das Contribuições Previdenciárias Regulares”. Na área Financeira, foi avaliado o indicador de desempenho “Índice de Divergência de Conciliação Bancária” durante todo o exercício e o indicador “Índice de Inconsistências nos Pagamentos ou Transferências Bancárias” a partir de agosto. Os indicadores atingiram as metas em todos os meses analisados.

5.7 Jurídica

No exercício de 2025, foram encaminhados à análise jurídica da Procuradoria Geral do Município (PGM) um total de 38 processos. Desse quantitativo, 24 referiam-se a processos de concessão de benefícios e 14 a processos administrativos. O Gráfico 11 apresenta a distribuição mensal dos processos enviados para análise da PGM.

Gráfico 11 – Processos encaminhados para análise pela Procuradoria Geral do Município em 2025.

PROCESSOS ENCAMINHADOS PARA ANÁLISE JURÍDICA DA PGM (2025)

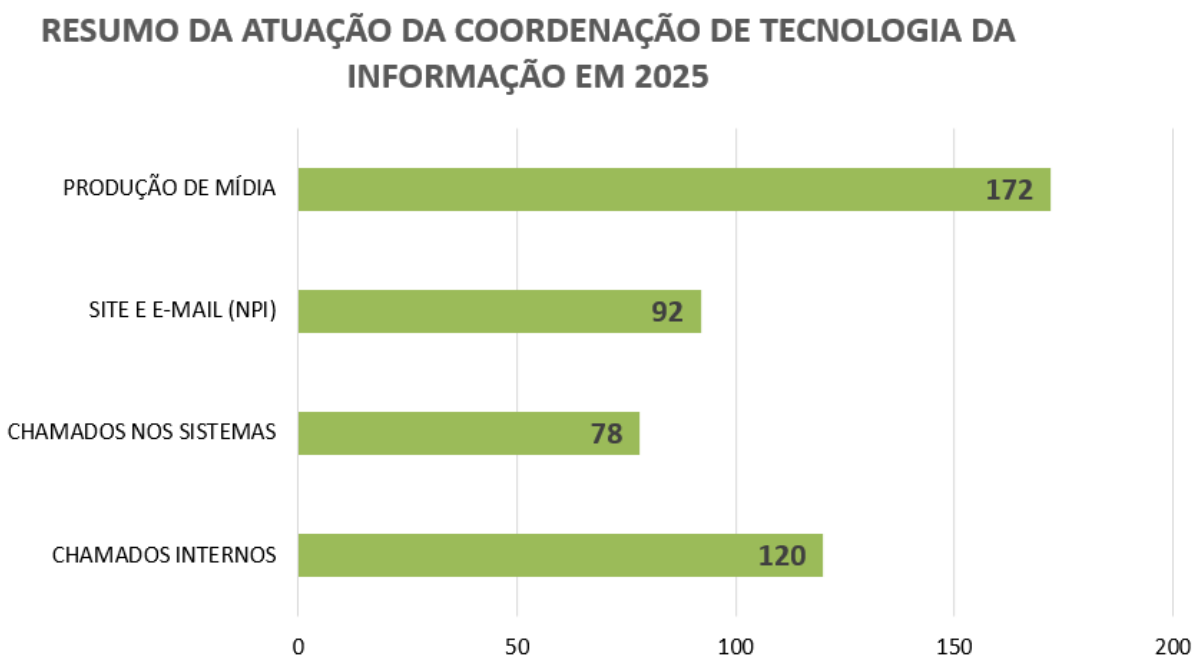


Ao longo do exercício, foi avaliado o indicador de desempenho “Índice de Tempo de Análise Jurídica”, cuja meta foi atingida em 7 dos 10 meses analisados, considerando que, em 2 meses, não houve encaminhamento de processos à PGM. Até o mês de julho, também foi acompanhado o indicador “Índice de Tempo de Encaminhamento de Processos para a Análise Jurídica”, o qual cumpriu a meta em todos os 7 meses avaliados.

5.8 Tecnologia da Informação

O Gráfico 12 apresenta um resumo das principais atividades desenvolvidas pela Coordenação de Tecnologia da Informação em 2025, evidenciando que o maior volume de demandas se refere à produção de mídia, com 172 registros.

Gráfico 12 – Resumo da atuação da Coordenação de Tecnologia da Informação em 2025.



Ao longo do exercício, foram avaliados os indicadores de desempenho “Taxa de Incidentes de Segurança Resolvidos”, “Taxa de Resolução de Chamados” e “Taxa de Produção de Conteúdo de Mídia”. Considerando que não houve registro de incidentes de segurança, não se verificaram ocorrências a serem tratadas. Quanto à Taxa de Resolução de Chamados, a meta foi alcançada em 10 dos 12 meses avaliados. Já a Taxa de Produção de Conteúdo de Mídia cumpriu a meta em todos os 12 meses do exercício.

6. AUDITORIAS

Em conformidade com o Plano Anual de Auditoria aprovado para o exercício de 2025, foram realizadas cinco auditorias, abrangendo as áreas de compensação previdenciária, patrimônio e suprimentos, arrecadação, tecnologia da informação e área administrativa. Cada auditoria teve duração aproximada de três meses e resultou na elaboração de relatório específico, contendo a descrição dos testes de conformidade aplicados, as evidências coletadas, a identificação dos riscos e as recomendações propostas.

Ao término do exercício, foi consolidado um relatório final, com foco na apresentação dos resultados alcançados, evidenciando as recomendações já implementadas ou em fase de implementação pelos setores responsáveis. Ressalta-se que todos os relatórios se encontram disponíveis para consulta no sítio institucional do Angraprev.

7. CONCLUSÃO

O presente Relatório Anual de Trabalho evidencia a atuação da Controladoria Interna do Angraprev ao longo do exercício de 2025, com foco no fortalecimento dos controles internos, na gestão de riscos, na melhoria dos processos e no apoio à governança institucional. De modo geral, as áreas avaliadas apresentaram desempenho satisfatório, com cumprimento das metas na maior parte dos indicadores acompanhados e adequada observância às normas legais e regulamentares. As situações que demandaram ajustes foram devidamente identificadas, com recomendações e encaminhamentos pertinentes.

Conclui-se que a Controladoria Interna cumpriu seu papel técnico, preventivo e orientativo, contribuindo para a transparência, a conformidade dos atos administrativos e o aprimoramento contínuo da gestão do Angraprev.

Angra dos Reis/RJ, 22 de janeiro de 2026.

ANTONIA JANEKELLY PEREIRA DE OLIVEIRA AGUILERA
Coordenadora de Auditoria

GIOVANNA MARTINS VALLADÃO SOARES
Controladora Interna